

RAUL ITURRA

**A DESCONTINUIDADE
ENTRE A ESCRITA E A ORALIDADE
NA APRENDIZAGEM**

Edição:
INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



Série
"ESTUDOS"

RAUL ITURRA

**A DESCONTINUIDADE
ENTRE A ESCRITA E A ORALIDADE
NA APRENDIZAGEM**

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
Bragança / 1989

**A DESCONTINUIDADE
ENTRE A ESCRITA E A ORALIDADE
NA APRENDIZAGEM**

Título:

A descontinuidade entre
a escrita e a oralidade na aprendizagem

Autor:

Raul Iturra

Edição e Distribuição:

Instituto Superior Politécnico de Bragança
Apartado 38 - 5300 Bragança

Ano: 1989

Tiragem: 250 exemplares

Composição e Impressão:

Serviços Gráficos do I. S. P. B.

Depósito Legal nº 33265 / 89

A DESCONTINUIDADE ENTRE A ESCRITA E A ORALIDADE NA APRENDIZAGEM *

RAUL ITURRA **

1. O OBJECTO DO PROCESSO EDUCATIVO

a) O Problema

Dizia já Durkheim (1922) que educar envolvia uma geração de adultos que sabe, outra de jovens que aprende e um processo entre eles. É este processo que é problemático: os conteúdos e as formas em que acontece definem-se conforme conjunturas que dão os limites do que se ensina e como se ensina. As variadas formas de ensinar que acontecem de cultura para cultura., bem como dentro de uma sociedade em épocas históricas diferentes, são uma prova da proposta anterior. Mas, talvez, o que é variável na processo educativo é o seu próprio objecto e o entendimento dele por parte de geração de adultos e da geração de jovens. Uma sociedade jamais é homogénea, embora o processo educativo tenha por objectivo homogeneizar em algumas delas; as sociedades, pode talvez dizer-se, pensam que numa altura da vida dos seus jovens podem pô-los todos no mesmo nível do saber, enquanto noutras especializam-nos segundo as funções que definem o sistema classificatório das pessoas. Ao mesmo tempo pode dizer-se que, se este fenómeno classificatório existe, há também conhecimentos diversificados que coexistem com ele nas sociedades hierárquicas, enquanto que as que conservam a sua memória histórica por meio de anotar pela escrita a sua experiência, acabam por ter épocas diversas cuja coexistência permite que as suas instituições ensinem conteúdos diversos. À frase de Durkheim talvez se possa contrapor a conversa que tinha eu e um dos meus colaboradores com uma rapariga reputadamente má para a aprendizagem escolar, numa aldeia que estudo em Portugal: Fernanda – perguntámos – se a 5 retirarmos 3 quanto fica? A questão foi colocada em português de criança e local, pelo meu colaborador, mas mesmo assim não foi entendida.

Perguntei, em consequência "quantas enxadas tens em casa? Respondeu-me 7: a do pai já falecido, a da mãe, a dos dois irmãos e a dela, mais duas que o irmão tinha feito

*) Conferência proferida na Escola Superior de Educação de Bragança no dia 24 de Fevereiro de 1988 – Resultados parciais da pesquisa financiada pelo J.N.I.C.T.: "Relações Sociais, Tecnologia e Saber Letrado: os textos do Saber Oral", levado a cabo por uma equipa orientada pelo autor e composta pelos antropólogos Filipe Reis, Paulo Raposo, Nuno Porto e a médica Berta Nunes.

***) Professor Catedrático de Antropologia Social – I.S.C.T.E..

como brinquedos. Perguntei quantas enxadas ficavam se tirasse a do pai e a da mãe e disse-me rapidamente que 5: a do Manuel a da Rosa Branca, a dela e as duas de brinquedo. É como quando Jack Goody perguntava ao rapaz Lo Dagaba no Ghana: 'Sabes contar?' "Sei"; 'Então conta'; 'Bem, mas o quê?', porque disso dependia a ordem que ia usar. O conjunto destes três factos, se considerarmos a frase de Durkheim como uma informação do que na sua sociedade se passa, permitem dizer que o objecto de educar é incorporar o indivíduo num saber pré-existente mas que, dadas as classificações das pessoas e a acumulação de experiência sistematizada, definem o objecto da aprendizagem como um processo em que os jovens são incorporados em saberes que os adultos decidem consoante a sua particular maneira de entender qual será a forma da continuação social do seu rebento. A maneira de entender está definida à partida pela prática das técnicas que a sociedade usa no seu processo de ensino. O problemático é conhecer os elementos deste processo entre gerações.

b) Iniciação ao saber estabelecido

É o que se entende por processo educativo. O problema fica na definição do que é o saber estabelecido porque ele é variável. No caso das culturas de sociedades onde a memória é guardada na lembrança das pessoas, nas relações entre elas, nas suas histórias e nos seus factos, a variabilidade do estabelecido acaba por ser menor já que a conservação do saber depende da exactidão com que se entende e reproduz o saber encarnado nas pessoas que o transportam: quanto melhor se decorar, mais perto da verdade das funções sociais de coisas e objectos se fica. É o que tem preocupado Raymond Firth (1929), Meyer Fortes (1970), Jack Goody (1968) e Katherine Firth (1968) na vida tribal. Mas, o mesmo acontece nas formas rurais e nas clínicas, estas últimas muito bem estudadas por Maurice Godelier (1982). Talvez seja necessário detalhar: o que se ensina é a compreensão do movimento, natureza e função das coisas e as formas destas se relacionarem com as pessoas. A escola Maori, que Firth refere, ensina que estas categorias de pessoas podem manipular e como por meio de aprender ouvindo as genealogias da tribo e os mitos que guardam a história, se definem qual de todos os grupos tem a obrigação e o direito de cultivar; é o lugar onde se ensinam as fórmulas com que se age sobre as coisas e as pessoas, acompanhada da prática de andar junto com os adultos do grupo repetindo o que eles fazem conforme o destino traçado previamente ao nascimento da criança que se educa. É na "Casa de Aprender" que os Maori entendem o conceito de 'ser forte'; por exemplo, já que a fórmula diz "sejas forte para poderes agarrar a arma que bate (a outro em caso de conflito), o mais adiantado no confronto, o primeiro a deitar abaixo o inimigo...", etc., a passagem por cada um dos conceitos coloca a ideia que é depois praticada na iniciação e cuidadosamente agida, segundo a experiência, no confronto real, onde o treino do

membro individual do pelotão dará a capacidade que, avaliada e aferida, decide o lugar que ocupa na luta. Ou na pesca. Ou no jogo. Ou na colheita. Ou no bosque ou no mar. Da mesma forma que o acompanhamento dos pais a lugares públicos ensina a etiqueta com que se deve comportar, a compostura que deve guardar, as palavras que estão ou não permitidas dizer. O saber estabelecido corresponde ao entendimento da manipulação dos recursos com que um grupo é capaz de se reproduzir. Assim exprimido o problema fica em saber qual de todos os saberes existentes será entregue a quem e compreendido por quem: O entendimento do manejo dos recursos reprodutivos está associado à condição da pessoa que virá a ser treinada na aprendizagem específica e os elementos para ensinar serão outorgados ou não conforme a função a que o indivíduo é destinado. É como o entendimento das possibilidades da magia TAPU reservada aos chefes, ou o das funções do dinheiro que no caso accidental fica com quem pratica o trabalho individual e conduz o mercado. O problema fica, em consequência, com a possibilidade de ter acesso ao saber que reproduz entrega a compreensão do factor central do processo. A iniciação é, em consequência, heterogénea e desigual no conjunto das sociedades, incluindo a ocidental.

c) Subordinação ao sistema classificatório

Se a iniciação ao saber é uma relação entre entender o movimento do recurso que reproduz e a pessoa que se é em virtude do grupo ao qual se pertence, segue que a aprendizagem é uma subordinação ao sistema classificatório. Um sistema classificatório, como produto que é das ideias que as pessoas geram ao identificar a matéria, o lugar e a função das coisas e das pessoas; é resultado da prática que as pessoas têm entre si e com as coisas, e facilita a aprendizagem do que se vê e ouve dentro do grupo a que se pertence. O processo educativo é, neste sentido, uma maneira de integrar o indivíduo no grupo que o produz e que é abstraído em noções diversas como totem, parente, divindade, vizinho, filho, proprietário, senhor, xamane e outros, conforme a organização social do grupo de que se fale. A prática do que o grupo faz, seja por imitação ou treino, subordina desde que transfere para o indivíduo o entendimento que o grupo tem das suas obrigações e das suas formas de trabalho, das suas categorias, do seu entendimento do mundo, interdições e outros: ao ensinar, facilita a rodagem dentro da história porque dá o entender. O problema de entender apresenta-se quando há mais do que um sistema classificatório no grupo, como acontece pelo menos no caso do ocidental. Ao critério particular de cada grupo ou conjunto de indivíduos entre os quais o trabalho é dividido soma-se o critério racional desenvolvido desde o século XVIII: o que se pretende é subtrair durante um tempo os membros individuais de cada grupo, e fazer deles cidadãos.

Um cidadão é um membro de uma identidade abrangente, igual a todos os outros que conhece ou não, que, desde que tenha vontade livre, pode dar andamento a pessoas e coisas por meio de uma conduta expressa no instrumento escrito do contrato; para isso é treinado numa forma universal e objectiva - isto é, depurada de emoções e laços pessoais - de entender o mundo, explicado como é pelas teorias particulares que o método dedutivo constrói e ao qual se tem acesso livre, igual e obrigatório. Neste saber obrigatório desaparecem as categorias do quotidiano ao qual o iniciado retorna todos os dias e onde o seu dever ético, a prática da autoridade, se desenvolve. Desta forma, está sujeito a duas vias paralelas de entender: a que lhe define o mundo por categorias pragmáticas quotidianamente praticadas num envolvimento onde primam os conceitos de afectividade e divindade; e a que lhe abstrai o mundo em categorias de habilidade e valores avaliados numericamente, onde a lei económica do valor é a medida das relações. De entre os dois sistemas, o segundo é quase inatingível porque desenvolve o entendimento em fórmulas não incorporadas no quotidiano, por consequência não praticadas pragmaticamente no processo de vida onde cada membro individual de um grupo é chamado a substituir os que são a memória e que, cada vez que desaparecem no ciclo de vida e morte individual, colocam o grupo no risco de não lembrar.

d) Substituição nas funções da memória social

Cada membro individual de um grupo, na medida que entende a relação entre pessoas e coisas ao apreender as ideias que a definem, toma parte do conhecimento com que o grupo trabalha e continua. Aliás, não há grupo social que não elabore cuidadosamente na sua cultura, as formas de designar os membros individuais que virão a ser treinados para substituir, dado o desenlace do ciclo vital: não é outra a função da aliança matrimonial, da herança, da chefia, da filiação e outras instituições que se desenvolvem nas culturas: Nem é outra a função da divindade que garante a autoridade com que cada função social circula. A substituição é feita para uma função bem específica, como é o caso, visto, do ensino maori, ou que no trabalho de campo em aldeias composesas europeias tenho observado, quando por meio da classificação dada pela teoria da filiação com o conceito de patriarcalidade garantido pela vontade da divindade, os novos membros do grupo são instruídos pelos adultos na medida em que vão com eles fazendo. É uma maneira que é consequência das condições de produção de seres humanos em famílias partilhadas em grupos do mestiços monogâmicos, responsáveis pela nutrição e crescimento dos seus rebentos; e consequência também da forma de se relacionar com os bens que no caso ocidental é privada - exclusiva e excluyente de cada conjunto de membros dos grupos domésticos, pela qual só um indivíduo da estirpe esclarecida virá a ter a titularidade dos recursos, que é como se

designa a função social de ser trabalhador de bens agrícolas, artesanais ou industriais. Aí o grupo doméstico funciona como uma escola que dá a entender a finalidade, objectivo e função das coisas que tem. Este objectivo não o tem a educação que retira a pessoa para dentro de uma instituição que homogeniza e que treina para herdar a identidade nacional, sua classificação e património: a mercadoria, cuja teoria é bem conhecida. A escola entrega o sistema de classificação que gera o saber que substitui um cidadão por outro no trabalho social que, massivo como é, é também anónimo. A escola entrega os elementos que sistematizam os comportamentos abstractos que formam o indivíduo que virá a ser o próximo capaz de contratar e dar andamento ao sistema social que subordina a pessoa ao lucro, ou teoria económica do valor que reproduz a sociedade no seu conjunto. A questão que aqui se desenvolve é a do desencontro de entendimentos entre a compreensão das coisas que permitem viver, trabalhar e relacionar-se, e o da teoria que é suposto dar a explicação do trabalho sobre a matéria. A segunda faz-se de tal forma no vazio social, que não é bem sucedida. Vazio social que tem expressão específica: fora das relações e das técnicas em que a maior parte da vida se desenvolve, na cidade e no campo, excepto para os filhos de proprietários de capital e para filhos de intelectuais. É a substituição pela oralidade ou pela escrita que é descontínuo é incompreensível para os sujeitos.

2. TÉCNICAS DO PROCESSO EDUCATIVO

a) O Problema

O não relacionamento entre as técnicas da oralidade e da escrita é o que acarreta uma descontinuidade no processo de aprendizagem, já que se referem a assuntos diferentes quanto à substituição na continuidade histórica de um grupo social. Isto porque cada uma destas técnicas é resultado de sistematizar o real de forma diversa. Não é a técnica de ler e escrever de uma parte, e memorizar por outra, o que cria em si a dificuldade. É o conteúdo do que elas transmitem e o treino a que cada uma submete a mente, o que origina a descontinuidade, quando ambas as técnicas coexistem. Talvez seja necessário exprimir que a descontinuidade está nos campos a que cada uma delas tem sido referida, no que diz respeito a saber e teoria; e a complexificação ou simplificação que cada uma delas comporta. À aprendizagem pela memória não escrita ficam sujeitas as relações que as pessoas actualmente praticam, enquanto que à memória escrita ficam adscritas as abstracções universais das mesmas, no que diz respeito à conduta social. É a mesma diferença que existe entre a legislação canónica ou positiva a respeito da formação da família e circulação dos bens, e a apreciação das possibilidades específicas que têm determinadas pessoas para ter filhos, entender o trabalho, amar, ser sujeito de paz, aceitar que o conflito existe mas é possível geri-lo, e

outros exemplos, mas, com a passagem do tempo uma outra diferença de conteúdo se tem introduzido entre as duas técnicas de aprender: é verdade que a escrita despersonaliza e universaliza, mas o mito também; é verdade que a oralidade debruça sobre as qualidades específicas das pessoas e particulariza os fenómenos, mas também a teoria geral da lembrança pela palavra que explica os textos divinos. Há, ou tem havido, uma relação entre o facto de escrita e oralidade circular em o saber por meio das atributos da divindade, e a ideia do bem e do mal. O que tem acontecido, contudo, é o processo de aprender ter passado a ser um exercício da razão que se debruça sobre os fenómenos e as suas características, e os anota para voltar a eles, e esse processo tem passado a ser dominante e associado aos textos. Quando criação divina do mundo, palavra que sistematizava as suas características e texto que as lembrava coincidiam, o saber era letrado ou hierárquico. Quando se cria a figura de cidadão, o crer separa-se da razão, numa teoria da igualdade entre todos os seres humanos que, desde que tenham uma vontade livre, podem concorrer entre eles.

b) Escrita, valor e razão

A técnica de ler aprende-se em textos que formem o cidadão. A de escrever cuida de que o cidadão mantenha o exercício de abstrair as qualidades das coisas. Mas aquelas qualidades dão às coisas um valor transaccional medido em dinheiro e, eventualmente, acumulável em lucro. A medida do uso de todo o saber é a sua utilidade, e a sua utilidade mede-se pela sua capacidade de ser comprado e vendido, compra e venda que se rege por um preço que segue a sorte do salário, e o salário o da procura e oferta; os quais têm todos que ver com o tempo que um indivíduo gasta a produzir um bem. Já se sabe, para mais tempo na produção de bens socialmente aceites e procurados, maior salário, preço mais alto, menor venda. A lei do valor tem passado a ser um critério de medida das relações entre os homens que se substituem uns aos outros anonimamente. A lei do valor é um derivado de um desenvolvimento de uma teoria, a económica, que se debruça acerca das qualidades das coisas a que ficam as pessoas sujeitas e dependentes. O critério derivado é o da utilidade o qual define o valor do que se possa vir a teorizar, entender, explicar ou transmitir na aprendizagem.

Este critério de utilidade pede o desenvolvimento de um ser humano cujas habilidades para abstrair sejam treinadas, desenvolvidas, salientadas, especialmente na época em que, é dito, a maquinaria substitui a força. Já estava o campo preparado nessa distinção entre corpo e alma que a maior parte das culturas têm, como para que não fosse lógico chegar a querer aperfeiçoar a capacidade intelectual do cidadão. Isto reflete-se no conteúdo do que se ensina na técnica de ler e escrever: os signos com que as ideias se argumentam têm uma ordem, a gramática, que é diferente da usada na linguagem quotidiana. Isto porque se tem descoberto que o argumento que explica é o

formal, que se exprime por uma ordem convencional de sujeito, verbo, predicado e complemento, que permite a uniformização do discurso entre pessoas que têm uma mesma identidade, têm a mesma capacidade de racionalizar, o mesmo acesso aos bens, o mesmo instrumento contrato para fixar os termos úteis das suas relações. A razão precisa de uma igualdade entre iguais que a gramática torna possível, numa cultura onde as coisas são também rentabilizadas pela aritmética que prepara para desenvolver o valor marginal. A escrita resulta do ordenamento social imposto pela economia que é descontínua com a experiência histórica dos seres humanos que abstraem pela virtude individual.

c) Oralidade, virtude, crença

A técnica de fixar pela memória ou pela escrita que se debruça acerca da qualidade das pessoas medidas ou contrastadas pelo padrão histórico feito pela ideia de divindade, é o resultado de entender o mundo caso a caso. É possível apreciar que um grande número de pessoas, mesmo que tenha aprendido, não usa para se exprimir outros signos que não sejam os de criação local. A oralidade, técnica que coexiste com a escrita e a complementa na circulação do saber, debruça-se acerca da qualidade dos casos particulares e de relação em relação, de facto a facto, e serve-se para a reprodução do seu conteúdo partilhado pelos indivíduos que compõem o grupo social, a lembrança. Há a construção personalizada de um número de virtudes que se adscvem a vários indivíduos e que, na negativa, são sistematizados pela dor que causa o rompimento da normatividade vigente, construída com base nas formas excepcionais com que trabalham os seus recursos determinadas pessoas que são de imitar. O culto dos mortos mostra como a lembrança do que o indivíduo sabia fazer passa para a memória do grupo social, na medida que se reproduzem os seus louvores. A liturgia dos santos, as suas vidas, os atributos de Deus, definem os conceitos que constroem a epistemologia com que se contrói a explicação do funcionamento e objectivo das coisas e como devem orientar-se as relações entre as pessoas. É possível ver que os primeiros textos para alfabetizar são lições de moral, lá pelos meados do século XIX; os segundos são homilias acerca da bondade e da maldade em contextos racionais; os terceiros são a abstracção das formas familiares de vida e trabalho, enquanto que os quartos, os contemporâneos, usam a metodologia do signo e só depois falam de questões sociais, todas elas repetindo o real que se vive no quotidiano. Parece ser como se a memória acumulada e mudada marcasse a transição de uma cultura que os letrados desenvolvem em uso pleno da mudança através do tempo, que aproveita a oralidade. Os romances e telenovelas que o agarram para circular saber, afastam-se pouco a pouco da coincidência entre ideias reprodutivas divinas do quotidiano, prática com base na solidariedade parental e vicinal, e textos que reproduzem esse quotidiano divinizado na letra do texto.

É quando este *modus vivendi* se encontra na escola com o utilitarismo económico que permeia os textos, orienta os conteúdos e define a pedagogia, que a descontinuidade, (mais esta razão a juntar às anteriores), acaba por aparecer.

d) Ver-fazer, ouvir-dizer: o desaproveitamento do quotidiano no ensino racional

Parece-me, pois, que a sobreposição da imagem igualitária e homogénea do cidadão por sobre as particularidades da divindade encarada em virtudes pessoais, é uma das descontinuidades entre oralidade e escrita que acarreta insucesso escolar. Parece-me também que o anonimato na substituição entre cidadãos em lugares sociais a que se concorre – salvo seja o compadrio e a clientela que é por estas ideias possível, comparado com a substituição em lugares sociais entendidos, praticados, definidos e adscritos, e onde o saber para o primeiro é escrito e isolado enquanto que para o segundo é oral e partilhado, é um segundo motivo para a descontinuidade. Um terceiro, o conteúdo da escrita orienta-se pela ideia que governa a reprodução social, a lei do valor, que dá a medida a tudo o resto e que se opõe à personalização que até na escrita usada por todos aparece: a divindade, que contribui para uma outra descontinuidade. O problema central é tanto dizer, por uma parte, e ler, por outra, ou fazer a lista de comportamentos que são manipulados pela prática. Central é a diferença entre calcular pela opção maximizadora e calcular pela bondade e maldade sistematizada. Esta segunda via está, além disso, avaliada pelo que se vê fazer não só no campo de trabalho, bem como no (mais comprometedor) da ética e da afectividade com que a geração mais velha se comporta e transmite o seu saber aos mais jovens. É um processo imitativo, justo e emotivo que se procura definir na repetição do saber que se vê fazer de uma maneira respeitável, com a autoridade que coincide com os atributos que o grupo define para si na divindade. O saber da escola é céptico. limpo, argumentativo, com intermediadores profissionais que governam a sua transmissão por uma vontade externa – o programa do Estado – e que só tem um compromisso com a habilidade do estudante e não com o resto dele: seu corpo, seus talentos, suas aptidões, suas emoções. O ensino que desenvolve a razão pela procura da prova, assume que será em casa que tudo o resto será tratado, enquanto que em casa pensam que a sabedoria letrada é suficiente para subtrair a criança do envolvente sistema com que a amam, criam e ensinam. Sem os pais entenderem a lei do valor, o filho não avança; sem o professor saber que esta é a razão da descontinuidade, não entenderá o objecto de ensinar. Se só ensinarem a escrever!

3. OUVIR, LER, ESCREVER, DEBATER, PROVAR: UMA DIVISÃO DO TEMPO LECTIVO.

Feita a apreciação faço agora uma proposta que há tempos elaborei com os que hoje são os meus colaboradores. Não será novidade nenhuma dizer que o processo de aprendizagem é resultado do cálculo reprodutivo que uma sociedade faz da sua particular teoria económica – i. e., a sua particular maneira de entender as relação que há entre pessoas, coisas, gerações de ideias e relação com o saber herdado. O que custa mais entender é que se desconheça e não se aceite o facto. Talvez exista aí um outro desencontro entre a oralidade e a escrita; entende-se que a educação é nobre, uma arte do sacrifício, um culto do sublime que quanto mais longe do real fica, mais requintada e erudita acaba por ser. Esta ideia não acontecerá enquanto o mundo continuar a acreditar que é humanista. Entretanto podíamos tentar definir alguns pequenos princípios de técnica pedagógica. O primeiro, é que a aula é só uma parte do processo de aprender e introduz os conceitos com a maior economia de palavras do docente e o silêncio do discente, enquanto não faça o resto. O resto é ler o texto que foi explicado, ainda em tempo de aula, sobre o qual faça o seu próprio texto necessariamente repetitivo, só que com palavras e gralhas próprias. Texto que entrega ao docente para discutir com ele de igual para igual, no sentido de autoridade: o autor do texto com o introdutor dos conceitos; debate no qual o estudante se treina na prova com factos do que é dito, ou pelo menos com a contextualização teórica do seu texto. Parece uma forma não fácil de aplicar devido ao exíguo número de docentes perante o alto número de estudantes. É por isso que há que gerir o tempo lectivo de forma a diminuir o número de aulas para dar tempo ao tal resto. Só que entro aqui num tempo minado: o do docente que pensa de forma sagrada no valor transformador da sua própria palavra, ideia derivada da existente na nossa cultura cristã em que o verbo transforma: e o Ministério, que controla com todo o ciúme a fabricação do cidadão, mesmo a custo da produção de pessoas que aprendem a saber o que daria uma melhor utilidade marginal. Só que ia querer ser partilhada por mais pessoas do que apenas por quem apropria o lucro, pelo que, esta parte da minha teoria fica guardada para melhores dias.

BIBLIOGRAFIA

- EMILIO DURKHEIM, 1922, *Education et Sociologie*, Felix Alcan, Paris. (Há uma edição das aulas de *Educação e Ética* em português, Res, Porto, 1988)
- JACK GOODY e IAN WATT, 1968, "The consequences of literacy" in J. Goody (coord), *Literacy in Traditional Societies*, C.U.P., U.K. (Há outras obras do autor em Português: *A domesticação do pensamento selvagem*, Presença, Lisboa, 1988; e *A Lógica da escrita e a organização da sociedade*, Horizonte, Lisboa 1989. A primeira é de 1974 pela Cambridge University Press, e a segunda de 1986 pela mesma editora)
- KATHERINE GOUGH, 1968, "Implications of literacy in China and India", in J. Goody (coord) *Literacy in traditional societies*, C.U.P., U.K.
- MAURICE GODELIER, 1982, *La production des Grandes Hommes*, Fayard, Paris
- MEYER FORTES, 1970, "Social and psychological aspects of education in Tatalend", in *Time and Social Structure and other essays*, Cambridge University Press, U.K.
- RAYMOND FIRTH, 1929, *Primitive Economics of the New Zealand Maori*, Routledge and Kegan, London